

**RAIMUNDO NONATO CARVALHO LEITE**

**GLOBALIZAÇÃO: INFLUÊNCIA SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E  
DEFESA NO BRASIL**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de texto do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

---

Cel. Raimundo Nonato Carvalho Leite

**Carvalho Leite, Raimundo Nonato.**

Globalização: Influência sobre o Desenvolvimento das Políticas e de Segurança e Defesa no Brasil / Cel. PM. Raimundo Nonato Carvalho Leite. - Rio de Janeiro: ESG, 2016.

50 f.: il.

Orientador: Professora MSc Lucy de Mello Carvalho Vianna.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2016.

1. Globalização. 2. Soberania. 3. Defesa Nacional (TIEx). I. Título.

**RAIMUNDO NONATO CARVALHO LEITE**

**GLOBALIZAÇÃO: INFLUÊNCIA SOBRE O  
DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E  
DEFESA NO BRASIL**

Trabalho monográfico apresentando no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, como parte das exigências para sua conclusão, orientado pela Professora MSc Lucy de Mello Carvalho Vianna.

RIO DE JANEIRO

2016

## **DEDICATÓRIA**

**À minha Querida Família  
Cláudia, Guilherme e Bernardo –  
por mais uma vez, entender, apoiar  
e compartilhar a minha decisão de  
participar do CAEPE 2016.**

## **AGRADECIMENTOS**

**A Deus, o maior de Todos, pelo dom da vida e pela possibilidade de realizar mais este trabalho profissional.**

**Ao Coronel PM Anselmo Alves Brandão, Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia, responsável pela minha indicação ao Curso.**

**À minha Orientadora e Amiga, a Professora Lucy de Mello Carvalho Vianna, pelo conhecimento, capacidade, colaboração e solidariedade, demonstrados ao longo de todo o processo de elaboração deste trabalho.**

**Aos integrantes do Gabinete de Comando Geral da Polícia Militar da Bahia, pelas informações constantes neste trabalho.**

**Aos Estagiários, meus Colegas da Turma “Espírito Olímpico”, pelo especial convívio no decorrer deste ano de 2016.**

## RESUMO

A soberania é um conceito importante para o Estado-Nação, no entanto, a globalização vem fragilizando este conceito e fortalecendo a concepção da necessidade de internalização da economia e redução das barreiras comerciais que de certa forma afetam a segurança nacional e enfraquece a soberania. A globalização possibilita amplo acesso em questões no âmbito cultural, social, econômico e político, chegando a expor muitas vezes até as estratégias de defesa da Nação. Com a globalização potencializou-se a Tecnologia da Informação e Comunicação criando-se um verdadeiro “Big Brother” global no qual tudo se tornou vulnerável, fragilizando-se assim a defesa nacional. A integração econômica, social, cultural e política provocada pela globalização exigem das nações condições estruturais para suportarem os impactos surgidos dessa integração. Cabe assim avaliar como a Globalização gera vantagens e desvantagens nos países atingidos por ela, principalmente em seus aspectos de segurança e defesa nacional. Conhecer tais aspectos possibilita ao País um melhor planejamento estratégico para seu posicionamento no cenário mundial, em questões que envolvem a soberania do país e seu desenvolvimento em todas as dimensões. O objetivo deste trabalho consiste em analisar os impactos da globalização sobre o desenvolvimento das políticas de segurança e defesa no Brasil, apresentado um diagnóstico das suas principais influências negativas da globalização no Brasil, levantando os aspectos econômicos e sociais que estão diretamente ligados à globalização, para assim analisar e demonstrar que a globalização gera crises sociais que fragilizam a segurança interna e nacional do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Globalização - Soberania Nacional - Segurança Pública-Crime e Violência.

## **ABSTRACT**

Sovereignty is an important concept for the nation-state, however, globalization is weakening the concept and strengthening the concept of the need for internalization of the economy and reduction of trade barriers which somehow affect national security and undermines sovereignty. Globalization enables broad access issues in the cultural, social, economic and political context, reaching exposed often to the defense strategies of the nation. With globalization potentiated to Information Technology and Communication creating a true "Big Brother" global in which everything has become vulnerable if handicapping thus national defense. Economic integration, social, cultural and political caused by globalization require nations structural conditions to withstand the impacts arising from this integration. Thus assess how globalization generates advantages and disadvantages in the countries affected by it, especially in its security aspects and national defense. Knowing these aspects allows the country a better strategic planning for its position on the world stage on issues involving the sovereignty of the country and its development in all dimensions. The objective of this study is to analyze the impacts of globalization on the development of security and defense policies in Brazil, presented a diagnosis of its main negative influences of globalization in Brazil, raising the economic and social aspects that are directly linked to globalization, to thus analyze and demonstrate that globalization generates social crises that undermine the internal and national security in Brazil.

**Key-Words: Globalization - National Sovereignty - Public safety - Crime and Violence.**

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NOS ESTADOS-NAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>3. DIMENSÕES DE INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL</b>	<b>17</b>
<b>4. A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO</b>	<b>25</b>
4. 1. Problemas e Questões da Segurança Pública	25
4. 2 A Segurança Pública e a Globalização	27
4. 3 Drogas, crime organizado e Segurança Pública.	31
4. 3. 1 - Consumo de drogas ilegais	32
4. 3. 2 A nova criminalidade	35
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O sistema internacional contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o imediato pós-Guerra Fria, tem-se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre os Estados. O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes, traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano de defesa. Nesse contexto, o Brasil vê em sua política de defesa e em sua vocação para o diálogo, componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no Plano internacional (LIVRO BRANCO DA DEFESA, 2012, p. 31).

Certamente, a globalização é o fenômeno mais abrangente e importante em processo na sociedade em nível internacional, imprimindo mudanças na economia e finanças do setor público e privado em larga escala, na política e cultura locais, regionais e continentais.

Por isso, a integração econômica, social, cultural e política provocada pela globalização exigem das nações condições estruturais para suportarem os impactos surgidos dessa integração.

Cabe assim avaliar como a Globalização gera vantagens e desvantagens para os países atingidos por ela, principalmente em seus aspectos de segurança e defesa nacionais.

Conhecer tais aspectos possibilita ao país um melhor planejamento estratégico para seu posicionamento no cenário mundial, em questões que envolvem a sua soberania e seu desenvolvimento em todas as dimensões.

A globalização provoca grande abertura nas questões culturais, econômicas e política a ponto de se ter excessiva transparência dos meios de defesa da Nação; com ela potencializou a Tecnologia da Informação e Comunicação criando um verdadeiro “Big Brother” global a partir do qual tudo se tornou vulnerável, fragilizando assim a defesa nacional.

Não se pode esquecer que tal fenômeno vem fortalecendo a concepção de um mundo sem fronteiras, um planeta transnacional e sem questões internas específicas, o que vulnerabiliza os Estados.

Claro que não há unanimidade nos pontos de vistas sobre os diversos aspectos da globalização.

No entanto, aqui trataremos apenas de descrever como a globalização vem enfatizando o fortalecimento de instâncias de poder supranacionais e infranacionais que estão corroendo a autonomia dos Estados, e como isso também ocorre com o Brasil, interferindo diretamente no desenvolvimento das políticas de segurança e defesa do país (FORJAZ, 2010).

Considerando-se que a globalização está presente em todo o mundo, e é um fenômeno inevitável, cabe questionar quais os aspectos da globalização que influenciaram diretamente no desenvolvimento de políticas públicas de segurança e defesa nacional no Brasil.

O Brasil, um país com dimensões continentais, já possui um leque bastante diversificado de aspectos culturais, geográficos, climáticos e étnicos, que o torna mais propício a aceitar e se adaptar às questões internacionais, transnacionais e supranacionais, razão pela qual nossa tolerância aos impactos da globalização seja bem maior do que em outros países com aspectos culturais e étnicos mais homogêneos.

No entanto, nossa mistura e diversidade não significam ausência de conteúdos políticos, culturais e econômicos próprios e muito menos a aceitação de posicionamentos contrários à nossa soberania, independência política, econômica e produção cultural própria (Forjaz, 2010).

Por essas razões, cabe neste estudo o objetivo geral de se analisar os impactos da globalização sobre o desenvolvimento das políticas de segurança e defesa no Brasil.

E, ainda, de forma específica objetiva estudar a globalização apresentando um diagnóstico das suas principais influências negativas no Brasil, levantando os aspectos econômicos e sociais que estão diretamente ligados à globalização, para assim analisar e demonstrar que a globalização gera crises sociais que fragilizam a segurança interna e nacional do Brasil.

Isso torna o estudo justificado e, ainda, pelo fato de que a globalização enquanto fenômeno da contemporaneidade emerge como um aspecto socioeconômico independente, sendo um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política de nações.

Tal interação impacta também as relações entre os países e enfraquecem a proteção de suas fronteiras com a crescente abertura política e

econômica que advém da globalização. Assim, não conhecer cientificamente os efeitos da globalização significa não estar seguro para as possíveis ameaças à segurança nacional.

Desenvolve-se neste estudo, a discussão teórica e a construção dialética tendo como referencial norteador o pressuposto de Martin e Schumann (1999) que afirma ter a globalização influência na economia interna que impede o desenvolvimento econômico, aumentando a desigualdade social, gerando crises, que desestabilizarão a segurança nacional, representando, assim, uma verdadeira armadilha para a segurança da nação. Nesse sentido, avaliar-se-á a profundidade e a coerência desse postulado, sinalizando-se medidas protetivas preventivas aos efeitos danosos nesse aspecto da globalização no país.

Os países não podem abrir mão da sua capacidade de autodefesa e da construção de uma economia própria e de um sistema de segurança e defesa que prime pela garantia da proteção à vida e a defesa das riquezas nacionais.

Assim, este trabalho orienta a hipótese de que o fácil acesso e abertura ao comércio internacional sem barreiras impede o desenvolvimento econômico do país, gerando desemprego, aumentando a sua dívida interna, e por consequência, aumenta a desigualdade social, gerando crises sociais.

O presente trabalho de pesquisa tem a sua condução norteadora pela sinalização das influências negativas da globalização que fragilizam a segurança nacional, limitando-se assim, em identificar tais influências, descrevendo seus impactos que criam ambiente propício para crises econômicas e sociais que comprometem a estabilidade gerando riscos à segurança interna e nacional.

Este trabalho apresenta-se distribuído em cinco capítulos e suas considerações finais.

No primeiro Capítulo consta a Introdução, na qual se contextualiza a pesquisa delineando sua construção.

O segundo capítulo “A globalização e seus impactos nos Estados-Nação” aborda de forma resumida, como ocorreu a evolução conceitual do processo de globalização no mundo e como ele desemboca nos Estados-Nação. O contexto neste capítulo é de cunho teórico e analítico, não apenas histórico.

O terceiro capítulo trata da “Da influência da globalização no Brasil”, descrevendo os aspectos da globalização que afetam o nosso país no campo econômico, político e social.

O quarto capítulo “A política de segurança pública no contexto da globalização” relata como a segurança pública no Brasil vem ganhado notoriedade e como ela sofre influências da globalização, que altera a decisão do Estado-Nação sobre a temática segurança pública.

No quinto e último capítulo estão as “Considerações Finais”, nelas corroboram-se os achados desta pesquisa, uma análise acerca das desvantagens da globalização e sua influência na segurança pública e defesa social no Brasil.

## 2 A GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NOS ESTADOS-NAÇÃO

O termo “Globalização” deveria ser utilizado como um conceito multidimensional e histórico que aponta para tendências, para dimensões mundiais, para o impacto, para conexões mundiais e fenômenos sociais, bem como para uma consciência global dos atores sociais. A desigualdade acontece de diversas formas e em diferentes grupos sociais, além disso, deve ser concebida como multidimensional. O conceito de “capacidade” (ou oportunidades vitais) de Amartya Sen constitui um importante ponto de partida. A desigualdade assume diferentes formas sociais, que derivam de modos distintos de produzir valores. As principais são a exploração, hierarquia, exclusão e segmentação (THERBORN, 2001, p. 122).

Não podemos falar da globalização sem lembrar como surgiu o conceito de Estado Nacional, pois esse é o conceito que se posiciona como verdadeiro ‘locus’ dos movimentos e das atividades econômicas e políticas que a globalização se apropria.

A ideia de Estado Nacional vai surgir e se consolidar no século XVI, após as reformas religiosas que provocaram guerras e conflitos diversos que colocaram os estados para brigarem entre si, surgindo o Estado Nacional como catalisador dos anseios do cidadão. Centra-se também no Estado Nacional os conceitos de língua, ideologia política, identidades, dentre outros.

Cabe ressaltar que os primeiros teóricos importantes acerca do Estado Nacional foram Jean Bodin(Pires, 2012), e Thomas Hobbes (Baptista, 2011) e ambos tratam da noção central de soberania do Estado Nacional, isto é, das condições para o exercício legítimo da autoridade política sobre um território e uma população.

A ideia de soberania do Estado evoluiu posteriormente para a de soberania popular, no pensamento de John Locke (Santos, 2014) e Jean Jacques Rousseau (Coutinho, 1996), prevalecendo até os dias atuais tais concepções, de que alguns Estados são mais fortes do que outros.

Partindo-se do pressuposto de que as percepções sobre os efeitos da globalização são diversas, serão apresentados sempre os aspectos positivos e negativos das questões aqui abordadas, nos campos econômico, político, cultural ou financeiro. Claro que não se perderá de vista o *link* necessário a ser feito com a questão da segurança e defesa nacional.

A globalização, até este momento, não desfez o fortalecimento secular do Estado-Nação do Século XX, e a importância das relações interestatais significa que a cidadania é uma das mais importantes instituições mundiais de desigualdade. Por outro lado há estados que abriga dentro de suas fronteiras quase tanta desigualdade econômica quanto a existente no mundo (THERBORN, 2001, p. 123).

Do ponto de vista econômico, a integração dos mercados provocada pela globalização é considerada muito eficaz. Mas, na distribuição da riqueza assim gerada, a máquina econômica global, livre de controles estatais, não funciona nada bem e o número de perdedores excede de longe o de vencedores.

Não podemos esquecer que o fluxo contínuo do capital financeiro também não respeita as fronteiras nacionais, e os Estados Nacionais não têm mais condições de controlá-lo, assim como a rede global das comunicações que está acima das possibilidades de gestão local, situação que mostra o enfraquecimento da independência econômica e também da segurança nas comunicações.

A percepção de vários teóricos da economia contemporânea é de que a globalização quebrou a independência econômica dos Estados-Nação, como afirma Ohmae (1999, p. 5):

Pelo contrário, o que estamos testemunhando é o efeito cumulativo de mudanças fundamentais nas correntes da atividade econômica ao redor do globo. Essas correntes se tornaram tão poderosas que abriram canais inteiramente novos para si próprias – canais que nada devem às linhas de demarcação dos mapas políticos tradicionais. Simplesmente, em termos dos fluxos reais de atividade econômica, os Estados-Nação já perderam seus papéis como unidades significativas de participação na economia global do atual mundo sem fronteiras.

Na concepção de Ohmae, (1999) a globalização compromete a economia dos Estados provocando um descontrole do fluxo da atividade econômica, não se garantindo os mecanismos de crescimento econômico, ampliação ou retração dos investimentos, o que provoca perdas de postos de trabalho e perda de renda das famílias, face um desemprego estrutural que o fenômeno desencadeia.

Assim, a política da integração global praticada até agora não tem futuro seguro, garantido para os Estados, por isso, o livre comércio mundial não pode ser sustentado sem garantias sociais e econômicas.

Na dimensão política, a globalização traz uma percepção de redução de importância do Estado-Nação, fortalecendo a ideia de uma concepção política mundial. Tal conjuntura vai de encontro ao processo que deu origem à constituição de um Estado Nacional, como afirma Forjaz (2000, p.41):

Foram os seguintes os processos mais significativos na constituição do Estado Nacional:

- a) a crescente coincidência entre fronteiras territoriais e um sistema uniforme de leis;
- b) a criação de novos mecanismos de elaboração e imposição de leis;
- c) a centralização do poder administrativo;
- d) o estabelecimento de impostos e de gestão do sistema fiscal;
- e) a criação de Forças Armadas nacionais;
- f) a constituição da diplomacia para regular as relações entre Estados Nacionais.

Com a globalização surgiram conglomerados de Estados-Nação formando um bloco único inicialmente apenas no contexto econômico, geográfico e financeiro, porém, posteriormente, evidenciou-se a união também em aspectos de ordenamento político, como ocorreu com a União Europeia, que até instituiu o Euro como moeda única para todos os Estados que a integra.

Isso colocou por terra processos que garantiam a autonomia do Estado Nacional, como por exemplo, o estabelecimento de impostos e de gestão do sistema fiscal.

Com a globalização a economia do Estado Nacional deixou de ser importante e suas atividades passaram a ser parte de uma engrenagem maior. Como afirmaram Martin e Schumann (1999, p. 20):

Se os governos, em todas as questões cruciais do futuro, nada mais conseguem senão apontar os imperativos da economia transnacional, toda a política torna-se uma farsa, uma demonstração de impotência, e o Estado democrático perde sua legitimação como tal. A globalização se converte em cilada para a democracia (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 20).

A força do processo de globalização, independente de quais das suas dimensões, ainda não foi suficiente para anular do imaginário político e social a figura do Estado Nacional, pois este ainda continua sendo uma referência de valor para o cidadão, o que o torna politicamente mais aceito e mais legítimo.

Quanto à perda de autonomia do Estado Nacional, para Forjaz (2000, p.41):

O Estado Nacional, embora tenha entrado num processo de transformações vinculadas à globalização, ainda é um ator fundamental na economia mundial e apenas começa a sofrer limitações em sua soberania e em sua autonomia decisória.

A soberania dos Estados Nacionais fica comprometida quando da formação de blocos de países, motivada pela globalização, pois, alguns Estados Nacionais hegemônicos, têm grande influência sobre as organizações supranacionais como a União Europeia e a União das Nações Unidas (ONU), e isso implica grandes assimetrias no efetivo poder de diferentes Estados Nacionais.

Mas, isto não elimina o fato novo de que todos os Estados Nacionais estão hoje sujeitos a poderes mais amplos do que eles próprios, ou seja, mesmo que apenas os países que participam permanentemente do Conselho de Segurança da ONU tenham poder de veto sobre as suas resoluções. Isso não elimina o fato de que esses países também estão submetidos ao poder do Conselho de Segurança de uma organização que é supranacional. Isso afeta a soberania e segurança nacional dos Estados.

Por isso, pode-se afirmar que muitos outros exemplos poderiam ser lembrados para mostrar como passou a existir uma dupla soberania, ou soberanias superpostas, ou mesmo diferentes níveis de soberania (externa e internamente) que exercem constrangimentos e limitações sobre o antigo poder absoluto e indivisível das Nações-Estado. Como afirma Vieira (2001, p.246):

Os impactos da globalização reorientam o Estado e os interesses das elites dominantes, conferindo-lhes perspectivas não territoriais e extranacionais. O Estado reformula seu papel em função de variáveis econômicas exógenas, como expansão do comércio mundial, políticas macroeconômicas e maior mobilidade do capital. (VIEIRA, 2001, p. 246)

Verifica-se também, em larga escala, que a globalização é um fenômeno que faz com que as aspirações dos Estados Nacionais percam força, visto que, o interesse regional passa a ser o interesse do bloco econômico e político no qual o Estado-Nação está inserido, desviando os esforços nacionais para o que deve ser



construído em nome de uma aliança, de uma parceria real ou não, mas que, ao certo obriga a nação a pensar questões mais globais e menos locais.

### 3. DIMENSÕES DE INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

Convém refletir sobre esses ajustamentos estruturais globais em curso de realização, se pretendemos identificar o espaço dentro do qual faremos nossas opções históricas, sem perder de vista que somos ainda um país em construção. Como preservar nossa identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro? E esse o desafio com que nos deparamos. Para enfrentá-lo, devemos começar por refletir seriamente sobre a situação de perda de rumo em que nos encontramos (FURTADO, 1992, p. 55).

Segundo Furtado (1992) há em curso um desafio: como construir um projeto de Nação Brasileira sem discutir o estado atual da Globalização e seus efeitos sobre o Brasil. “*A perda de rumo*”, na mente de Furtado, economista do desenvolvimento brasileiro não seria a consequência de sermos dirigidos por outros, em detrimento de nossos próprios interesses?

Para Martin e Schumann (1999, p. 152), a evolução da globalização, tal como a conhecemos atualmente, iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial, quando a Europa ocidental, para fazer frente às consequências daí advindas, celebrou com os Estados Unidos o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), no qual ficou estabelecido, pela primeira vez, um regime comum e internacional de comércio. Isso de certo enfraqueceu no cenário mundial a figura do Estado Nacional.

O Brasil sempre se posicionou no cenário mundial como um Estado Nacional aberto aos processos de desenvolvimento e crescimento econômico, e no campo político como um Estado soberano que respeita a soberania dos outros Estados Nacionais.

Se voltarmos um pouco na história do Brasil poderíamos até afirmar que nosso processo de globalização iniciou-se com a Abertura dos Portos em 1810, quando por exigência da Inglaterra a Família Real, que estava instalada no Brasil decidiu permitir que a Colônia comercializasse com outros países além de Portugal.

Do Brasil colonial, até a atualidade, podemos ainda citar outro momento de presença forte do favorecimento à globalização que foi a era Collor, quando a nossa economia foi aberta e as indústrias brasileiras se sentiram ameaçadas pela abertura que foi dada aos investidores estrangeiros. Destaca-se a indústria automobilística, com a invasão de todas as marcas e modelos estrangeiros

que passaram a competir com os produzidos nacionalmente, por marcas consideradas nacionais.

Na América Latina, o Brasil sempre foi visto e percebido como um país de vanguarda, defensor das liberdades, das garantias individuais e acolhedor dos estrangeiros. Com a sua diversidade cultural e grande extensão territorial o Brasil sempre surgiu no cenário internacional como um país de grandes possibilidades e riquezas, alvo do processo de globalização.

No entanto, como os demais Estados Nacionais, o Brasil também sofre forte influência da globalização, principalmente nos aspectos econômicos e políticos.

Percebemos aqui no Brasil um fluxo muito grande de atividades desenvolvidas por empresas transnacionais.

A estrutura internacional de poder evoluiu para assumir a forma de grandes blocos de nações-sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimentos além de pessoal capacitado. O intercâmbio internacional de serviços, particularmente os financeiros e tecnológicos, cresce em detrimento do de bens tradicionais. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento. Para escapar a esse sistema de forças articuladas planetariamente, é necessário que se conjugue vontade política fundada em amplo consenso social com condições objetivas que poucos países do Terceiro Mundo reúnem atualmente (FURTADO, 1992, p. 55).

Para Furtado (1992), a questão mais complexa no estabelecimento das relações internacionais, seja do comércio, como na Política, coloca-se no nível do desenvolvimento do comércio internacional: “*O intercâmbio internacional de serviços, particularmente os financeiros e tecnológicos, cresce em detrimento do de bens tradicionais*”. Países, como o Brasil que ainda estruturam sua participação no mercado mundial nas ‘commodities’ se encontram encurralados em um sistema de desvantagens intransponíveis.

O Jogo internacional do comércio atual parece manter as nações aprisionadas no esquema “desenvolvimento/subdesenvolvimento”.

As empresas transnacionais são organizações que transcendem as fronteiras dos Estados e sua lógica de operação, produção de bens e serviços, e suas estratégias de atuação na economia local não estão condicionadas por razões de Estado, mas sim pela busca de mercados atraentes e melhores condições de

investimento. Sendo o Brasil um deles por existirem ainda uma legislação favorável à entrada do capital estrangeiro em nossa economia, sem as proteções devidas.

Neste cenário globalizado, o Estado-Nação ganha novos contornos e os conceitos de soberania e legitimidade adquirem novos significados, uma vez que o Estado perde a capacidade de responder isoladamente aos desafios do sistema internacional, assim como a de prover bens e serviços à sua população sem contar com a cooperação internacional (KRASNER, 2000; SASSEN, 2001). O fenômeno da globalização tem uma relação direta e dinâmica com a lógica da regionalização, ao transformar o contexto e as condições da interação e da organização social, levando a um novo ordenamento das relações entre território e espaço socioeconômico e político. Este contexto pós-Guerra Fria significa para a lógica do Estado um desafio, no sentido de estabelecer mecanismos de controle para o fenômeno da globalização e seus efeitos sobre as sociedades e economias (MARIANO, 2007, p. 128).

Gera-se assim uma crise de poder local, posto que, as transnacionais impõe um novo ritmo em função do seu poder econômico, que impacta também o poder social local.

Afirma Hermany (2007, p.259):

A análise do poder local, como estratégia organizacional do espaço sociopolítico assume destaque, principalmente em função do contexto de crise do espaço político nacional e de globalização dos mercados e das relações de poder. O que pode parecer contraditório, ou seja, o fortalecimento do poder local justamente no contexto da globalização, constitui, isso sim, uma estratégia de cidadania de manutenção do controle social sobre as decisões públicas e de alternativa para a concretização dos princípios constitucionais neste novo paradigma.

Com relação ao fortalecimento do poder local como estratégia de frenagem dos aspectos negativos da globalização, cabe salientar que a municipalização como processo de descentralização da gestão dos recursos públicos.

Este fato vem ocorrendo desde 1988, com a promulgação da nova Constituição; apresenta-se como uma ação de real fortalecimento do poder local, na medida em que fortalece a economia e a capacidade do Estado fazer chegar ao cidadão os recursos que são investidos em setores como a saúde, a educação e a segurança pública, por meio da gestão pública municipal.

A questão das relações entre o local e o global, em sua incidência sobre o funcionamento das grandes cidades é assunto muito estudado e as conclusões ainda estão em aberto:

O estudo das metrópoles, que concentram o aparato produtivo, a riqueza, a população e o poder na grande maioria dos países, adquiriu uma indiscutível relevância na agenda atual da pesquisa urbana, na medida em que o processo de globalização tem contribuído para revitalizar o seu papel e o seu crescimento; tem conformado uma nova geografia e uma arquitetura produtiva que tece redes e nós e qualifica e desqualifica espaços em função de fluxos mundializados, e, também, impactado sobre a morfologia territorial e social e sobre a organização e funcionamento dessas cidades, sobre a qualidade da vida urbana, as desigualdades e as mobilizações políticas e sociais (CARVALHO, 2006, p. 5).

Não se pode ignorar que o crescimento econômico urbano no Brasil, uma realidade constatada a partir dos anos 30, com a industrialização do Governo Vargas, sempre foi desigual e assimétrico:

Em suma, o caráter desigual e excludente do desenvolvimento brasileiro, que concentrou em alguns poucos centros a produção, a riqueza e o dinamismo, a possibilidade de acesso a vários serviços e as oportunidades de trabalho e de ascensão social (transformando-as em ilhas de relativa prosperidade em um mar de pobreza e estagnação) atraiu expressivos contingentes de população para os mesmos, levando a constituição de grandes regiões metropolitanas, agregando municípios vizinhos do polo em um mesmo complexo de relações (CARVALHO, 2006, p. 6).

Como se sabe, porém, a urbanização e o desenvolvimento brasileiro foram incapazes de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para o conjunto da população.

Apesar da expansão e diversificação da estrutura produtiva e ocupacional das cidades, com a criação de novos empregos em setores como a indústria de transformação, transportes, produção de energia, construção civil, administração pública, finanças, serviços auxiliares à produção e de consumo coletivo, a relação contratual assalariada, regulada por direitos sociais universais, não chegou a se generalizar.

A abundância de mão de obra e a dimensão do exército de reserva permitiram tanto a compressão salarial como uma coexistência entre o “moderno” e o “tradicional”, com a persistência de relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais ou o trabalho doméstico.

Mesmo nas áreas mais dinâmicas, uma reduzida camada de alta renda (com grande poder de consumo e influência social) e camadas médias ampliadas, diversificadas e em ascensão passaram a conviver com o proletariado industrial e

terciário e com um vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres, de vida incerta e duvidosa.

Segundo Carvalho (2006, p. 8),

A exclusão e as desigualdades que marcam a trajetória da sociedade e das metrópoles brasileiras vêm sendo acentuadas com a integração do país à dinâmica da globalização, cujos impactos tendem a ser bastante expressivos, em termos socioeconômicos e espaciais.

Como os fluxos internacionais já não se dirigem preferencialmente para onde os recursos (e principalmente o trabalho) são mais baratos, mas para os países mais ricos e para os grandes polos urbanos, produz-se um movimento de diferenciação e homogeneização que torna o território cada vez mais homogêneo em grande escala e fracionado em pequena escala.

A hierarquização espacial associada a essa dinâmica (que integra determinadas áreas e segmentos da população enquanto excluem outros) também é acentuada na medida em que as articulações entre os diversos pontos e nós do sistema global tendem a se tornar mais relevantes para o seu desenvolvimento que as antigas relações com suas periferias regionais ou nacionais.

Como assinalam Marques e Torres (2000), a geografia e a economia de cada lugar no planeta parecem estar mais atadas que nunca aos fluxos internacionais de pessoas, dinheiro e mercadorias.

Mas as transformações contemporâneas do capitalismo não têm apenas características espaciais, estando igualmente associadas a um conjunto de medidas para resgatar a taxa de lucro, assegurar a competitividade das empresas em um processo de competição exacerbado e mundializado e viabilizar a dinâmica globalizada do processo de acumulação.

Essas medidas envolvem a redução das funções e intervenções reguladoras do Estado, uma enorme ênfase nos mecanismos de mercado e o enfraquecimento ou a desconstrução de articulações virtuosas entre o mercado, a democracia e a cidadania social que marcaram a sociedade salarial e o *Fordismo*.

Para ajustar o trabalhador aos novos requisitos e demandas da produção flexível e do capitalismo globalizado vem ocorrendo uma profunda reestruturação do mundo do trabalho e da própria vida social.

Essas transformações têm levado a uma desregulamentação, flexibilização e fragmentação do mercado de trabalho, com a descoletivização, reindividualização e precarização dos contratos, a redução de direitos, a expansão da subcontratação, da ocupação em tempo parcial ou intermitente e de outras formas “atípicas” de emprego, associadas a um extraordinário crescimento do desemprego, enfraquecendo identidades e solidariedades tradicionais e homogêneas de classe e restringindo o poder de reivindicação e representação dos trabalhadores.

Segundo Carvalho (2006), a Globalização tende a intensificar as falhas do sistema capitalista brasileiro, incidindo sobre as péssimas condições de vida nas cidades brasileiras, que se destacam pela busca de desenvolvimento, como se percebe no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Recife, entre outras.

Além daqueles segmentos que tradicionalmente já enfrentavam maiores dificuldades para encontrar uma ocupação (como os dotados de menor escolaridade), o desemprego também tem se acentuado entre a força de trabalho na idade mais produtiva (16 a 39 anos), na sua parcela mais madura e experiente (40 anos e mais) e até mesmo entre os mais instruídos, ou seja, entre os que possuem o segundo grau completo ou curso superior. (CARVALHO, 2007, p. 10).

Entre os jovens, muitas vezes sem uma qualificação adequada e com uma experiência limitada por sua própria idade, esse problema vem assumindo proporções dramáticas. Nas regiões metropolitanas brasileiras as taxas de desemprego dos jovens são superiores a 40% entre os 16 e 17 anos, chegando a 54,1% em Salvador.

Entre os 18 e 24 anos elas vão de 27,5% em São Paulo a 35,4% nesta última região metropolitana. Associadas a mudanças nos valores e padrões de organização familiar, como o aumento das separações e do número de famílias chefiadas por mulheres sem a presença do cônjuge, essa retração das oportunidades tem dificultado ou até inviabilizado, inclusive, o recurso às chamadas “estratégias de sobrevivência” (ancoradas na mobilização ocupacional de vários membros do grupo doméstico), que em outras décadas eram utilizadas para a reprodução social dos trabalhadores (CARVALHO, 2006, p. 15).

Segundo os estudos desta economista chilena, os resultados da influência de processos de globalização na realidade brasileira tendem a apresentarem-se catastróficos, não somente por exhibir os interesses das metrópoles do primeiro mundo, mas, sobretudo por impactarem ainda mais profundamente os

péssimos resultados de políticas econômicas locais com seus efeitos nefastos sobre a vida civil das grandes cidades.

No âmbito das grandes cidades, a concentração dos fluxos dinâmicos da nova economia e de grupos afluentes que consomem bens, serviços, valores e modas de forma voraz e infatigável vêm ampliando igualmente a segmentação e diferenciação.

Para atender às demandas das empresas e das camadas de alta renda e estimular o turismo um dos eixos da estratégia de desenvolvimento de diversas metrópoles brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro, Fortaleza ou Salvador, realizam-se grandes intervenções e investimentos em algumas áreas da cidade, enquanto muitos outros espaços permanecem bastante degradados.

Os problemas ocupacionais se agudizam, conforme analisado, e com a crise dos arranjos que garantiam anteriormente um certo equilíbrio, a superposição de carências e o crescimento e consciência da exclusão e da desigualdade, há mudanças nos padrões de sociabilidade e um aumento da conflitividade e da violência. Com o desmanche dos mecanismos que regulavam a sua distribuição no tempo e no espaço e a mescla da violência real com a sua representação na mídia e no imaginário coletivo, constitui-se uma cultura de suspeição e de modo generalizado, que se transforma em um dos princípios organizadores do espaço e da própria vida urbana (CARVALHO, 2006, p. 17).

Contudo, são as políticas macroeconômicas nacionais que geram maiores impactos sobre o nível agregado de emprego; a margem de manobra da esfera local nessa área é restrita e o retorno e os benefícios propagados na maioria dos casos não passam de uma ilusão.

Além disso, a disseminação dessas práticas tende a homogeneizar e igualar espaços, generalizando os privilégios oferecidos às empresas e anulando o seu poder de atração.

E com a disponibilidade de um número crescente de cidades, gratuidades e benefícios e as facilidades de instalação e transferência propiciadas pela produção flexível, as relações do capital com os territórios tendem a ser temporárias e fluídas.

Na prática, esse tipo de política vem produzindo uma redução da capacidade de arrecadação e de provisão de políticas sociais e bens públicos pelo governo municipal, promovendo a valorização imobiliária e contemplando interesses



das elites locais enquanto agrava as desigualdades e a segregação, contrapondo-se ao ideário e aos valores de uma cidade mais justa e democrática.

Ademais, com as dificuldades da economia, o crescimento da dívida pública, o ajuste e uma nova ênfase no equilíbrio orçamentário, na subsidiariedade estatal e nas forças do mercado, faltam investimentos e políticas públicas para mudar esse quadro.

Em decorrência do crescimento dos juros no conjunto da dívida pública e da busca de um superávit primário, as transferências do governo central para os governos locais têm declinado. Com as suas responsabilidades ampliadas e, em muitos casos, também endividados, a capacidade de investimento e de provisão de bens públicos pelos municípios vem encolhendo. Além disso, algumas metrópoles têm deixado as preocupações sociais e redistributivas em absoluto segundo plano, aderindo ao novo modelo de gestão centrado no denominado “empreendedorismo urbano”. Difundido e incentivado por consultores internacionais e por agências como o Banco Mundial, com o pomposo título de “planejamento estratégico” esse modelo considera o local como a escala geográfica de maior relevância na fase atual do capitalismo e a busca de uma “competitividade urbana” como o objetivo central do “bom governo” das cidades (CARVALHO, 2006, p. 20).

No próximo capítulo, inseriremos no contexto mais específico da Segurança pública a questão da Globalização, o foco principal do trabalho ao demonstrar de que modo e em quais circunstâncias os processos de mundialização afetam a organização dos Estados Nacionais e conspiram contra seu funcionamento nas instâncias locais de sua realização.

## 4. A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

Nas duas últimas décadas, a questão da segurança pública passou a ser problema fundamental e principal desafio ao estado de direito no Brasil, com discursos e práticas que mobilizaram a opinião pública e os debates de especialistas. Os problemas históricos da área da segurança continuam a pautar os debates. De uma forma geral, estão relacionados ao aumento das taxas de criminalidade e a corrosão da sensação de segurança, sobretudo nos grandes centros urbanos (DE SOUZA, 2012, p. 7).

### 4. 1. Problemas e Questões da Segurança Pública

A agenda das críticas ainda é vasta e compreende as dificuldades relacionadas à reforma das instituições da administração da justiça criminal, a persistência da violência policial, a ineficiência preventiva das polícias e a superpopulação nos presídios.

A área da segurança tem interface com as condições de internação de jovens em conflito com a lei, a violência de gênero, contra homossexuais, idosos e negros.

De uma forma geral, o debate em torno da segurança mostra preocupação com o aumento dos custos operacionais do sistema, com a ineficiência da investigação criminal e das perícias policiais, bem como com a morosidade judicial. São inúmeros os desafios para o sucesso do processo de consolidação política da democracia no Brasil, e a segurança parece ainda ser o nosso calcanhar de Aquiles, imersa em críticas por falta de transparência e *accountability*.

O Governo Federal no Brasil diretamente não se preocupava muito com a segurança pública e defesa social, sempre deixando a cargo dos estados a difícil tarefa de proteger os cidadãos e as propriedades, para garantia da paz social.

Somente em 1997, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o Governo Federal mostrou preocupação com a grave situação da segurança pública no Brasil, após eventos como o sequestro no ônibus 174, chacina do Carandiru e chacina da Sé.

Bem assim, a perceptível perda de força do Estado nas favelas do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, com áreas onde as forças policiais não tinham mais domínio e em algumas ainda não tem.

O governo federal também decidiu intervir na segurança pública, pois o crescimento do crime organizado começava a desafiar as instituições de governo, o controle social e iniciava ações claras de atentados contra a lei e ordem pública fragilizando assim a imagem do governo federal para o exterior.

A globalização é um processo que precisa de estabilidade da segurança pública, interna, da paz social para melhor se desenvolver.

Mas o que se deseja neste Capítulo é a demonstração de que as concepções até então apresentadas, neste voo panorâmico, sobre as complexas consequências da Globalização na esfera do Estado-Nação, podem nos inspirar algumas reflexões que expliquem este quadro extremamente frágil da segurança em âmbito nacional, obviamente em particular nas sociedades emergentes de Países na periferia da Globalização mundial.

Observa-se a ampliação dos temas e problemas afetos à segurança pública, bem como o surgimento de novos atores e de novos paradigmas nas políticas públicas. O problema da segurança, portanto, não está apenas adstrito ao repertório tradicional do direito e das instituições da justiça, particularmente, da justiça criminal, presídios e polícia. Evidentemente, as soluções passam pelo fortalecimento da capacidade do Estado em gerir a violência dentro do repertório dos direitos e garantias constitucionais. Mas envolvem também o estímulo ao aumento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante à área (DE SOUZA SILVA, 2007, p. 4).

## 4. 2 A Segurança Pública e a Globalização

As atividades informais exercidas por policiais militares tornaram-se fatos notórios para sociedade e órgãos de segurança. Uma grande parcela do efetivo da Polícia Militar realiza “bicos” em horários de folgas, ou mesmo no período do expediente. Essas atividades “extras” decorrem de uma demanda cada vez maior por mais segurança e, também devido o policial ser o “portador do uso legítimo da força física”. Vale ressaltar que no imaginário popular o policial, supostamente, é uma pessoa bem preparada para exercer a atividade de segurança privada de empresas, de comércios, de pessoas e de eventos. Por outro lado, sendo sua atividade formal de cunho público, percebe-se que há um entrecruzamento entre as esferas pública e privada neste âmbito (DE SOUSA SILVA, 2007, p 1).

As transformações no mundo do trabalho, ocasionadas pela crescente internacionalização do capital, introduziram mudanças substanciais em alguns setores do funcionalismo público brasileiro. A precarização do trabalho, a defasagem de salários e a demanda por mais segurança originaram um novo fenômeno social: o trabalho informal exercido por policiais militares.

Segundo os estudos consultados, além de nossa própria experiência na área de segurança pública à frente de Municípios pobres do Estado da Bahia, entre os fatores que precarizam a boa ação das forças de segurança no Brasil, podem dar sentido pelos longos anos (90) nos quais ações neoliberais enfraqueceram a ação do Estado nas áreas de segurança, educação e saúde.

E mesmo, após a década de Governo com discursos e atitudes sociais, com destaques para as ações de redistribuição de renda, a questão da violência parece ter-se incrementado em todo o território nacional:

O neoliberalismo, o novo projeto político-econômico surgido em alguns países após a segunda Guerra Mundial, encontrou como terreno propício para a sua implementação, a crise do petróleo da década de setenta. Seus pilares fundamentais, segundo (FERNANDES, 1995), estão baseados, sobretudo, nos seguintes processos: privatizações e quebra de monopólios estatais que criam uma marcha acelerada de reversão das nacionalidades; desregulamentação das atividades econômicas e sociais pelo Estado (ou seja, o Estado se tornou fraco perante a regulamentação do mercado, mas, ao mesmo tempo, tornou-se um regulador dos sindicatos e dos movimentos sociais); e a descentralização dos diferentes programas sociais, invalidando as redes de proteção social, ocasionando a crescente escassez das seguridades sociais (DE SOUSA SILVA, 2007, p. 2).

Para os pesquisadores sobre os fenômenos da violência urbana não se pode entender ou enfrentar estes fenômenos sem compreender de que maneira o sistema capitalista neoliberal globalizado influi sobre o emprego e a renda e, particularmente, sobre a capacidade do Estado em reagir a tudo isso, pela sua minimização compulsória:

Ora, a mundialização da economia contribuiu para a mundialização da violência. E, essa nova configuração alimenta crescentemente o narcotráfico e a criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo quando o desemprego ou a ausência de renda leva à tentação da ilegalidade, visto ser fácil, por vezes, conseguir ganhos astronômicos à margem da lei (DE SOUSA SILVA, 2007, p. 6).

O Policial, civil ou militar, é o primeiro a ser atingido por este contexto, enquanto ele obedece à lógica da ação do Estado, detentor legítimo da violência, para salvaguardar a ordem social. Muitas vezes isto tem propiciado uma percepção da ação policial como desproporcional, brutal e até antissocial:

Da mesma forma que se vincula à realidade social, o trabalho policial também não se encontra desvinculado das transformações no mundo do trabalho. A profissão de policial militar pertence ao quadro do funcionalismo público, com isso ela não está isenta das mudanças no mundo do trabalho, sobretudo porque as regulamentações ao redor do trabalho vêm perdendo poder de integração (DE SOUSA SILVA, 2007, p. 6).

Ora, se as forças policiais são parte do Estado, como suas 'falanges sociais', e este mesmo Estado encontra-se em condições inferiores às suas demandas de ação social, tendo a Educação e a Saúde, como prioritárias, é de se esperar a precarização do ofício policial e da ação de segurança pública.

Os policiais são cada vez mais absorvidos pela segunda (e proibida) ocupação ou emprego, quando não acontece que alguns de seus agentes são cooptados pelo crime e a corrupção, que como pragas, assaltaram o Estado Brasileiro há anos, deterioram os resultados da segurança:

Nesse contexto, a profissão do policial torna-se uma carreira notoriamente precarizada, visto que a falta de perspectivas no melhoramento das condições salariais, a falta de estrutura de trabalho e falta de incentivo chega a afigurar no horizonte dificilmente modificável. (DE SOUSA SILVA, 2007, p. 7).

As mudanças no mundo do trabalho, ocasionadas pela mundialização do capital, criou um panorama pessimista para a sociedade salarial, decorrente do processo acelerado de precarização do trabalho em escala mundial.

Agora não somente os países periféricos, mas também os centrais, estão vivendo momentos de insegurança e de incertezas quanto ao modelo adotado para reger nossa economia: o capitalismo.

O capitalismo, juntamente com seu projeto político-econômico, o neoliberalismo, desestruturou os Estados de bem-estar social.

Com isso, as privatizações de empresas estatais ganharam respaldo no cenário mundial, indicando que o Estado tinha se tornado frágil no gerenciamento da economia. No Brasil, uma das consequências deste fenômeno foi a flexibilização das leis trabalhistas, que, contribuiu, sobremaneira, para a fragilização do trabalho.

Segundo De Souza Silva (2007): ressalta-se ainda, mais especificamente, que no Brasil a ideologia neoliberal acarretou grandes mudanças no funcionalismo público.

Mudanças estas que se verificam na defasagem de salários, nas condições inadequadas de trabalho, ou seja, na própria instabilidade do trabalho público. Nesse caminho, setores do funcionalismo público como a educação, saúde e segurança pública foram as mais visivelmente afetadas.

Falta de equipamentos e de estrutura de trabalho são também motivos geradores do empobrecimento do funcionalismo público. No caso da segurança pública, notavelmente afetada, a grande prejudicada é a população e o policial. O medo e a insegurança, por outro lado criam na população uma “cultura do medo”, no qual todos são suspeitos, até mesmo o policial supostamente o defensor da lei e da ordem na sociedade contemporânea.

Já para os estabelecimentos comerciais, tais como farmácias, mercadinhos, casas lotéricas e estabelecimentos culturais, a via de salvação é o serviço prestado pelo policial militar, configurando, desse modo, uma atividade paralela por parte destes profissionais.

As atividades paralelas, mais conhecidas como “bicos”, exercidas por policiais militares em Fortaleza, se tornaram uma realidade plausível nos últimos tempos, visto que a depauperação do trabalho policial é notória em todo o País.

#### 4. 3 Drogas, crime organizado e Segurança Pública.

O enigma de uma violência brutal entre homens jovens que afetou muito pouco as mulheres e outras categorias de idade. Ao contrário dos conflitos étnicos nos quais as mulheres, os idosos e as crianças são igualmente mortos ou violentados, no Brasil os crimes sexuais não aumentaram tanto quanto os homicídios, e esses são cometidos entre homens jovens, multiplicando-se várias vezes em muitos estados da República Federativa deste país. As taxas médias de homicídio entre homens jovens de quinze a 29 anos aumentaram assim em todo o país nos anos 1980 e 1990. No ano 2000, 93% dos casos eram de homens jovens mortos e apenas 3% de mulheres jovens nessa faixa de idade. Por quê? (ZALUAR, 2007, p. 31).

Um dos principais problemas mundiais de hoje é a incapacidade de controlar o uso de drogas ilegais, mas principalmente do mundo criminal sinistro que se desenvolveu para fazê-las circular por toda parte com uma logística que impressiona pela sua eficácia.

Diz-se que o mercado ilegal de drogas é hoje um dos maiores setores econômicos do mundo. Todavia, é apenas uma parte do sistema de funcionamento do crime-negócio, mais ou menos organizado, que funciona em diversos setores, utilizando redes e mecanismos similares para dar ideia que sejam operações limpas e legais.

Já que os setores econômicos, sobretudo os ilegais, misturam os mercados formal e informal, tecem vários setores legais e ilegais, ao mesmo tempo em que conectam instituições governamentais e comerciantes da droga, os negócios desses penetram em muitos dos setores legais da sociedade.

Esses setores funcionam frequentemente na economia formal, mas obtêm uma parte de seus lucros das atividades do tráfico de drogas e outros tráficos. Tais atividades são diversas no sentido de que incluem outras ações criminosas, tais como o roubo de vários bens utilizados como moeda para comprar drogas e seus precursores.

Elas seguem também as redes financeiras para a lavagem do dinheiro que vem de muitas outras atividades ilegais, tais como o contrabando, a corrupção governamental e os muitos tráficos existentes.



Segundo Zaluar (2007), o crime organizado transnacional aumentou em muito a violência em alguns setores, especialmente o do tráfico de drogas. Os que ocupam posições estratégicas nas grandes redes de conexões transnacionais podem ter rápidos ganhos em razão de uma combinação de poucos limites institucionais, violência e corrupção.

Mundialmente, eles fomentam práticas subterrâneas e violentas de resolução de conflitos: as ameaças, a intimidação, a chantagem, a extorsão, as agressões, os assassinatos e, em alguns países, até mesmo o terrorismo.

#### 4. 3. 1 - Consumo de drogas ilegais

A corrupção institucional, a irreverência pela lei, a ineficácia e a discriminação no sistema de Justiça, em países como o Brasil, fizeram, no entanto, que a violência urbana aumentasse num ritmo desastroso. No Brasil, começou-se tardiamente, a saber, um pouco sobre a provisão de drogas ilícitas ou sobre a força organizacional das redes de traficantes, principalmente suas conexões com a economia e as instituições legais (ZALUAR, 2007, p. 35).

Apesar da expansão do poder de Estado e dos fundos para o controle público dessas ações durante os anos 1990, só muito recentemente deu-se atenção aos interesses econômicos e políticos conectados à economia da droga, particularmente as interações cuidadosamente tecidas entre o mundo visível e o invisível, o legal e o ilegal, os setores formais e informais da economia.

Em outras palavras, ainda que a Polícia Federal tenha examinado o crime organizado nos últimos anos, a polícia dos Estados da República Federativa do Brasil, suas polícias civis e militares, intervêm principalmente na repressão violenta das favelas e dos bairros pobres nas regiões metropolitanas e capitais.

Conseqüentemente, houve um crescimento das forças de segurança privadas formais e informais, incapazes de diminuir a consciência do risco e da insegurança entre os moradores das cidades.

A demanda por drogas seria decorrente de mudanças nos estilos de vida que, por sua vez, teriam modificado o "consumo de estilo", que é muito mais caro do que o consumo familiar, ou seja, as despesas familiares relacionadas aos modelos seguros das famílias de trabalhadores e de classe média.

O comércio de drogas pode ser considerado o setor ilegal da distribuição de bens e serviços do que se denominou "consumo maciço de estilo". Isso favoreceu igualmente o aumento impressionante verificado em certos crimes contra a propriedade (furtos e roubos) e contra a vida (agressões e homicídios).

A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais, e essas transformações se traduziram na fragmentação social e na importância crescente dada às atividades de lazer e de consumo como meios de definir novas identidades sociais, em particular a dos jovens.

Em termos de controle social, tais mudanças indicam que as restrições morais convencionais, que existem sem a lei, enfraqueceram e que o controle vem muito mais das funções policiais de vigiar e aplicar a lei.

De fato, uma revolução nos modelos de consumo também chegou ao Brasil. Uma pletera de bens de consumo, estilos de consumo sempre renovados, imensos centros de lazer e de consumo foram a principal mudança visível.

Os valores culturais acompanharam tais mudanças nas formações subjetivas: valores individualistas e mercantis selvagens se disseminaram durante os anos 1970 e 1980, traduzidos pelas expressões corriqueiras "fazer dinheiro fácil" e "tirar vantagem de tudo". Ou seja, a sociedade brasileira, pode-se dizer, foi colonizada pelo mercado que passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social. Como uma atividade ilegal e invisível, que favorece isso, o comércio de drogas faz parte desse novo ambiente social, econômico e cultural (ZALUAR, 2007, p. 37).

A reforma do Estado, tão necessária, caminha lentamente. O funcionamento extremamente ineficaz e injusto do sistema de Justiça no Brasil joga um papel importante na crise da moralidade e no enfraquecimento do *etos* do trabalho, o que disseminou as práticas criminais em todas as classes sociais. Mais responsabilização, mais transparência e mais punição para os culpados de crimes graves em todas as camadas sociais são absolutamente necessárias para mudar esse quadro trágico. Isso já está em curso, mas com hesitações, retrocessos e descontinuidades.

Assim, o núcleo duro da discriminação no Brasil está na esfera institucional, ou seja, nas violações dos direitos dos mais pobres advindas do funcionamento do sistema de justiça.

Primeiramente, com os policiais corrompidos, que formam o que se poderia chamar "grupo de extorsão", um nome mais apropriado que "grupo de extermínio". Já que os policiais matam jovens traficantes que habitam as regiões pobres das cidades exigindo a sua parte do dinheiro do tráfico. Apesar disso, os jovens pobres são assassinados, sobretudo na guerra de quadrilhas.

#### 4. 3. 2 A nova criminalidade

A violência urbana que envolvia sobretudo pessoas que se conheciam no chamado crime de sangue (Fausto, 1984), diminuiu relativamente depois da Segunda Guerra Mundial. Uma nova onda de homicídios entre desconhecidos aumentou várias vezes no final dos anos 1970 quando o regime militar autoritário terminava. Como entender essa nova criminalidade? (ZALUAR, 2007, p. 40).

Segundo Zaluar (2007) justamente com a abertura do regime, teve início um crescimento surpreendente dos crimes violentos, sobretudo de sequestros, roubos e homicídios que utilizam armas de fogo.

Tais crimes cresceram muito rapidamente nas capitais e regiões metropolitanas, além de algumas cidades do interior de certos Estados brasileiros, tais como Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Nos Estados Unidos, esse fenômeno começou durante os anos 1960, quinze anos antes.

Outro indicador da correlação entre a guerra de quadrilhas e o assassinato é a idade das vítimas. Se bem que as taxas de mortalidade violenta aumentaram por todo o país, as vítimas mais comuns não são as crianças, e sim os adolescentes, mais precisamente os jovens do sexo masculino nas metrópoles e regiões mais ricas do país.

De fato, esse crescimento rápido nos homicídios afetou particularmente homens jovens entre 15 e 29 anos de idade que foram vítimas ou autores de crimes cometidos em locais públicos entre pessoas que não eram nem íntimas nem mesmo conhecidas.

Esse é o mesmo modelo encontrado nos conflitos pela divisão e defesa dos territórios e dos ganhos de traficantes e ladrões armados, como o que se desenvolveu durante a competição violenta entre as gangues nos guetos de Los Angeles, Chicago Nova York no começo do século XX e, posteriormente, nos anos 1960, 1970 e 1980 quando das epidemias da heroína, cocaína e *crack*.

Ademais, o nível de impunidade existente no Brasil é certamente também um fator para o aumento das taxas de mortalidade entre os pequenos traficantes, visto que esses homicídios não são cuidadosamente examinados.

Uma porcentagem incrivelmente elevada de homicídios não é objeto de inquérito policial, e seus autores não são jamais identificados. Um estudo do sistema criminal de Justiça em São Paulo revelou que as maiores porcentagens de condenação estão entre os acusados de tráfico de drogas ou de roubo, e não entre os acusados de homicídios e assalto à mão armada, os dois crimes que mais apavoram as pessoas.

Ainda outro estudo provou que, de 4.277 boletins de ocorrência de homicídios, apenas 4,6% tiveram o autor e o motivo conhecidos e registrados. No Rio de Janeiro, mais um estudo mostrou que 92% dos casos de homicídio foram devolvidos à polícia porque não tinham as provas necessárias para serem julgados.

Surgiu, então, uma nova organização complexa, diversificada e muito bem armada, na qual os conflitos comerciais e pessoais foram resolvidos com armas de fogo, e na qual foram criados um culto viril e exibições violentas de poder. Isso criou as condições que atraíram muitos jovens pobres a se envolver nessa guerra mortal entre traficantes, mas que permaneceu restrita a algumas áreas da cidade. Contrariamente às máfias ítalo-americanas, essa organização no Rio de Janeiro jamais contou com os laços estáveis de lealdade que existem entre pessoas relacionadas por parentesco ritual ou de sangue. Se havia algum no jogo do bicho, o tráfico de drogas, como, aliás, também ocorreu na máfia italiana facilitando a sua desagregação, tornou muito mais difícil de ser mantido qualquer elo de lealdade pessoal, vertical ou horizontal. Os conflitos, deveras, são muito mais comuns para acertar as contas e distribuir a riqueza e o poder (ZALUAR, 2007, p. 45).

Hoje, então, o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade.

No Rio, mesmo que não completamente coordenado por uma hierarquia mafiosa, o comércio de drogas tem um arranjo horizontal eficaz pelo qual, se faltam drogas ou armas de fogo em uma favela, essa imediatamente as obtém das favelas aliadas.

Essas quadrilhas ou comandos conciliam os dispositivos de uma rede geograficamente definida, que inclui pontos centrais ou de difusão, e outros que se estabelecem na base da reciprocidade horizontal.

Nessa cidade, as armas de fogo são mais facilmente obtidas por causa dos portos e vários aeroportos, assim como os mais importantes depósitos de armamentos das Forças Armadas que estão dentro do seu território.

Muitos furtos ocorreram e continuam ocorrendo em tais depósitos, onde não impera o controle de estoque apropriado. Conseqüentemente, o tráfico de drogas tornou-se mais facilmente militarizado.

Desse ponto de vista, os "comandos" inimigos disputam violentamente o território onde controlam os negócios, e proíbem os moradores de áreas dominadas pelos seus inimigos de cruzar os limites do seu perímetro, até mesmo para visitar amigos ou parentes.

É por isso que favelados ou moradores de comunidades, de alguns bairros da cidade, falam de uma "guerra interminável" que opõe traficantes pertencentes a comandos inimigos ou policiais *versus* traficantes.

Nessa guerra, não somente os membros das quadrilhas, mas também os jovens que vivem nas mesmas favelas, comunidades ou em favelas amigas são obrigados a doar sua ajuda cada vez que os opositores atacam outra quadrilha que faz parte do mesmo comando.

Os soldados formam então um bonde, ou "elo", que responderá ao ataque do outro bonde, constituído da mesma maneira. Por isso, os vizinhos não têm permissão de cruzar as fronteiras artificiais entre as favelas ou comunidades. Muitos adolescentes foram mortos apenas porque passaram de um setor a outro comandado pelas redes beligerantes do tráfico. Mesmo para trabalhar, mesmo para se divertir no baile.

Quando os "soldados" são chamados pelos donos do tráfico, esse chamado é dirigido aos jovens que conseguiram ultrapassar os regulamentos existentes hoje nas Forças Armadas brasileiras para evitar recrutar jovens de favelas.

Eles foram treinados durante o serviço militar, ainda obrigatório. Mesmo quando não fazem parte das quadrilhas, esses jovens são "convidados" a montar e desmontar as armas automáticas exclusivas das Forças Armadas e roubadas de seus depósitos; são chamados a instruir os novos soldados do tráfico a enfrentarem os inimigos quando a favela onde vivem é invadida pela polícia ou uma quadrilha rival.

Eles devem aceitar o "convite" não tanto porque são pressionados, mas porque se sentem obrigados a colaborar com a quadrilha que controla o bairro onde moram.

De todo modo, eles sabem que, em caso de recusa, isso terá um custo, tanto no plano moral como no físico: perderão seu conceito ou consideração do "dono do morro"; serão expulsos da favela; ou, pior, executados. Às vezes são até mesmo convidados a formar os bondes que vão invadir os bairros inimigos

Para Zaluar (2007), o contexto é desafiador para a organização e melhoramentos das polícias brasileiras, impactadas pelas forças do Crime, aliadas as redes globais e ao estado das coisas em sociedade periféricas do capitalismo mundial.

Sendo a população jovem e masculina destes países a grande atingida pelos desafios que se apresentam tanto para polícia, como para as sociedades como um grande desafio de modernização e autossuperação das próximas décadas:

São desses jovens vulneráveis, que cedem à sedução, os corpos que aumentam as taxas de homicídio pelo país afora, principalmente nas cidades onde se desenvolveram no século passado as culturas de tolerância, de negociação e de disputa civilizada no esporte e na festa. São deles as estatísticas e as práticas violentas que impedem a melhoria das condições de vida dos pobres, apesar das conquistas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): o aumento da escolaridade, a diminuição da mortalidade infantil por doenças infectocontagiosas, a proporção menor de pobres no país. Até quando? (ZALUAR, 2007, p. 48).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que, devido à complexidade do fenômeno do narcotráfico na era da globalização, suas dimensões são enormes. Difícil quantificar todo seu impacto já que as estimativas arrogam cifras dramáticas relativas ao crescimento dessa indústria das drogas que tende a aumentar e diversificar-se. Por sua vez, as drogas, da perspectiva de uma grande atividade econômica informal em desenvolvimento, também crescem como uma das atividades mais rentáveis e eficientes da indústria moderna em todo o mundo globalizado. No início da década de oitenta, o narcotráfico figurava como o empreendimento transnacional mais destacado dos países da América Latina. Ao final do milênio, a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a estimar que a indústria das drogas gera um movimento de capital em torno de 400 bilhões de dólares anuais, cifra equivalente " a cerca do dobro da renda da indústria farmacêutica mundial, ou a umas dez vezes o total de toda a assistência oficial para o desenvolvimento (SANTANA, 1999, p. 99).

Independente dos aspectos políticos, geográficos, culturais e econômicos, o fenômeno da globalização é um processo que se apresenta como arrebatador e inexorável, desafiando governos, culturas e países no que diz respeito às suas identidades e particularidades, seja pela força com a qual avança, seja pela amplitude com que ocorre.

A globalização, após ter sido aplicada como argumento de venda ideológica e econômica, o conceito segundo o qual desenvolvimento tecnológico, a valorização da competição e da livre iniciativa, apoiadas no primado da lei, iriam resultar e levar a humanidade para novos patamares que não estão gerando na realidade em um modelo de capitalismo, que não está a gerar nem emprego nem desenvolvimento econômico, mas, só crescimento econômico-financeiro. Nesse sentido, conceituar a globalização não é tarefa simples, quanto menos fácil.

Como um fenômeno internacional, transnacional e supranacional, a globalização tem uma dinâmica global, que tem abrangência heterogênea, na medida em que sua fórmula única de atuar não leva em consideração as peculiaridades de cada país, fazendo com que as vantagens e desvantagens do processo também não considerem as especificidades de cada Estado Nacional.

Dessa forma, seu impacto será determinado, por um lado, pela intensidade com que o processo de globalização ocorre numa dada nação e, de outro, pela capacidade de reação dessa nação frente aos imperativos globais.

Essa dialética acaba refletindo, de forma inequívoca, a posição que cada nação possui na hierarquia do mundo globalizado e, conseqüentemente, os



impactos mais ou menos negativos da globalização: “*Verifica-se, pois, que a sujeição às diretrizes do mercado financeiro global torna-se um assalto à democracia, além de colocar em risco as conquistas sociais do século XX* (MARTIN e SCHUMANN, 1999, p. 69)”.

As balanças comerciais nacionais passaram a ser reféns das políticas internacionais e do mercado comum. Estava posta a nova forma de dominação.

A política global, a globalização estabeleceu novos mercados e fomentou uma produção de demandas, com o inculcar de novas necessidades, entrando a regra fundamental da qualidade x quantidade.

Em seu livro ‘Teorias da Globalização’, Octávio Ianni (2001) aborda a globalização como racionalização do mundo, incorporando contribuições de Weber, com sugestões analíticas de Marx.

Deste modo, o processo de racionalização do mundo é apreendido como um processo de subordinação do princípio da **qualidade** pelo princípio da **quantidade**.

O mesmo princípio que funda a racionalidade da empresa e do mercado, da cidade e do Estado, aos poucos impregna todos os círculos da vida social, compreendendo o partido político e o sindicato, a mídia e a escola, a Igreja e a família.

Os processos que levaram ao estabelecimento de uma política humanista, já com viés universal, se constituem como a plataforma para o surgimento de demandas crescentes. Fez-se crer que a qualidade de vida estava diretamente relacionada a posses e conquistas. A era do SER deu lugar à era do TER.

O *e-commerce* grassou e grassa vendendo ilusões a cada *click* de “comprar”, as redes sociais oferecem sensações das mais diversas e contagiantes a cada “curtir”, a cada “like”. Grupos de afinidades e seguidores de celebridades se multiplicam. E por trás de tudo isso, temos uma uniformização de comportamentos que passaria imperceptível aos menos atentos.

Cabe ao Estado-Nação a proteção dos direitos básicos dos indivíduos mediante a promoção de políticas públicas e econômicas, que garantam a

manutenção dos postos de trabalho e dos serviços públicos básicos vinculados à melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Não podemos esquecer que a globalização obrigou que o Estado-Nação executasse a transferência das atribuições direta de cuidados com os serviços públicos básicos, como a educação, a saúde, a segurança e o saneamento, para os estados-membros ou províncias.

No entanto, a economia global não atenta para isso, gerando desemprego e apropriação indevida dos recursos dos Estados Nacionais, os deixando com uma série de crises internas que enfraquecem a segurança nacional.

A globalização, com seus fenômenos, impôs ao mundo e, especialmente, aos países de menor envergadura econômica como o Brasil, a adoção de certas medidas que acabaram resultando na erosão da soberania e no comprometimento da democracia.

Na medida em que decisões antes atinentes ao âmbito do Estado-Nação passaram a ser tomadas em nível transnacional e basicamente por atores que não têm qualquer comprometimento com o bem estar de um Estado-Nação, bem assim com a sua segurança e estabilidade social.

Tal aspecto pode ser nitidamente percebido quando os organismos internacionais de financiamento e fomento ao crescimento econômico estabelecem indicadores sociais e educacionais para a concessão de empréstimos, repasse de tecnologia e ajuda humanitária diversa.

No caso do Brasil, é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o número de crianças em idade escolar em sala de aula que são os balizadores do aumento da credibilidade nacional e as chaves para a obtenção de recursos dos bancos internacionais. Isso tem resultado no falseamento das nossas estatísticas sociais e o afrouxamento da exigência na aprendizagem escolar, quase não se reprova nas escolas públicas do Brasil, pois o índice de reprovação é indicador de desenvolvimento educacional.

Verificou-se por meio deste estudo, que a globalização no Brasil apresenta desvantagens pontuais, no que se refere ao aspecto segurança pública, vejamos:

- aumento do tráfico de armas e entorpecentes, via afrouxamento das barreiras comerciais e alfandegárias exigidas como existências dos blocos econômicos oriundos da globalização.

- aumento do exército de reserva para aliciamento do crime organizado, face o aumento do desemprego principalmente na população economicamente ativa mais jovem.

- facilidade de acesso à comunicação e informação por criminosos mesmo de dentro dos presídios, face à necessidade de uso amplo, crescente e indiscriminado e não controlado da tecnologia da informação e comunicação, exigência do processo de globalização.

- aumento da corrupção na administração pública, motivada pelo enfraquecimento do Estado-Nação próprio da globalização, possibilitando atuação do crime organizado e apropriação dos recursos públicos por funcionários ligados a facções criminosas.

- aumento dos crimes transnacionais e do crime organizado global, pois com a globalização não veio apenas a internacionalização da economia, chegaram também a internacionalização do crime e da organização criminosa global, ramificações de facções criminosas que operam em vários países.

Há quem afirme que no caso brasileiro, a abertura proporcionada pela globalização foi ponto fundamental no combate à inflação e para a modernização da economia com a entrada de produtos importados, o consumidor foi beneficiado, pois, pode contar com produtos importados mais baratos e de melhor qualidade e essa oferta maior ampliou também a disponibilidade de produtos nacionais com preços menores e mais qualidade.

Tudo isso se observou em vários setores da economia, como eletrodomésticos, carros, roupas, cosméticos e em serviços, como lavanderias, locadoras de vídeo e restaurantes. A opção de escolha que se tem hoje no Brasil é muito maior, no entanto não foi ampliada a capacidade de consumo, não foi ampliada a renda e o número de empregos formais.

Assim, o mito do crescimento proporcionado pela globalização não se efetivou nas dimensões necessárias para que o Brasil se desenvolvesse e evitasse crises sociais e econômicas que geram ambiente favorável a existência do crime

organizado, tráfico de entorpecentes, corrupção, tráfico de armas e intranquilidade pública.

Assim como a ética se propôs ao princípio da universalização, onde todos os pressupostos seriam comuns à humanidade, posto que somente assim pudéssemos atribuir a ela a sua característica cosmogônica, a economia e o desejo de uma política de valorização da dignidade da figura humana, converteram-se a este mesmo propósito, como forma de expandir as suas práticas.

Notadamente após o holocausto e o armistício da 2ª Grande Guerra, tivemos uma mais que natural nova ordem: política, econômica e social e ressaltamos o grande tratado humanista qual seja a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Este cenário determinou a mudança de atitudes, e principalmente a visão de que uma política sem fronteiras poderia oportunizar uma dominação com outras armas, a exemplo da propaganda e difusão de ideias.

Obviamente que a economia e a política humanista evoluíram com naturezas distintas, mas, vendo-se o forte apelo de uma em relação à outra, teve-se como inafastável a sua aproximação. E neste contexto de ideia, é que a política de transformação social, com viés econômico, ganhou forte apelo.

O modelo de gestão da defesa social adotado no Brasil é orientado na contenção de ocorrências de forma episódica, o fato inusitado é privilegiado em relação a fatos sociais recorrentes, como que se existisse uma margem de ocorrências com condição igualitárias, e simplesmente esta não merecesse atenção alguma.

O imediatismo, a necessidade por soluções mágicas, ou uma permanente dependência por inovações, tal qual uma ansiosa pretensão de mudar, faz das políticas de Defesa Social um fardo cada vez mais penoso.

O Professor Miguel Reale (1994), ao estabelecer a tridimensionalidade do Direito, apresentou a trilogia Fato X Valor X Norma, onde o fato social moralmente valorado seria transformado em regra, onde essas variáveis estariam intimamente ligadas.

Nunca se deu tanta importância ao sistema de Defesa Social, podemos dizer que há sim uma epidemia da violência e que os meios de comunicação seriam os vetores desse contágio acelerado.

As teorias behavioristas que tratam do que se habituou chamar de “medo do crime” ganharam força, onde se vê as comunidades adoecidas pela expectativa de se tornar vítima da violência. As pessoas adquiriram uma capacidade incrível de somatizar fatos alheios as suas realidades, exemplo: os cidadãos das mais longínquas e pacatas cidades do nosso território se veem ameaçadas por ocorrências pontuais das escaramuças renhidas nos morros cariocas, tal como se tivessem acontecendo em frente a porta de suas casas. Assistem a tudo pela TV e absorvem como que se naquele contexto estivessem.

As próprias instituições de segurança adotaram aparato bélico nunca antes imaginado, são verdadeiros carros de combate em incursões com doutrinas de conflito urbano aproximado, em contraponto com a necessidade de inspirar confiança dos seus verdadeiros clientes, coabitando espaços comuns com relação de sinestesia.

Por derradeiro temos acompanhando a crise no Estado do Rio Grande do Norte, onde a instalação dos bloqueadores do sinal de telefonia celular num determinado presídio desencadeou grave crise, instalada com perpetrações de ações violentas classificadas, em alguns casos, como ações terroristas.

Seriam o Estado e a Sociedade nacionais reféns do crime?

Temos, de fato, um estado de banditismo coabitando o mesmo território com um Estado Democrático de Direito. Que tipo de ajustamentos nos levou a este quadro?

Podemos dizer que nos limítrofes dessa convivência existiria uma zona de convivência pacífica, provavelmente com nuances de liberalidade e por que não dizer corrupção.

No meio deste intrincado quadro social as Polícias estão lutando por resolver o que se mostra irresolúvel, não há vontade suficiente por quem poderia promover uma grande transformação social que equilibrasse as desigualdades e tornasse o País menos injusto com as parcelas menos favorecidas do nosso povo.

Ainda se pensa as Polícias como instrumento de contenção social, separando os mais favorecidos dos menos atendidos. A evolução do pensamento humanista esbarra no desejo desenfreado das fantasias inexpressivas e nas comodidades de quem detém o poder quer financeiro, quer político.

As polícias vivem no fio da navalha, a firme disposição de atacar e agredir o aparelho policial ganhou lugar comum, não sabendo dizer ao certo a que fim isso serve. As Polícias tem sido o aparato de contenção de crises sem precedentes, mas ainda assim, são atacadas.

A ideia permanente de reestruturação das organizações policiais ganha adesões a todo o momento, contudo, não se chega a termo de qual seria o modelo a ser adotado. Certo é que qualquer forma que seja escolhida se houver mudança, não conseguirá sobreviver ao desaparecimento da estrutura de Defesa Social, vide sistema prisional, vide Ministério Público, vide Poder Judiciário, e os demais órgãos do sistema, além de todas as questões dos indicadores sociais que fazem do Brasil um país desigual.

A acelerada transformação imposta pelo mundo global, atrelada as políticas garantistas, que valorizam mais o individuo que a coletividade, são contraponto ao estabelecimento de política de segurança e defesa social.

Estamos sujeitos a regras postas, enquanto a velocidade dos fenômenos sociais é muito superior a nossa capacidade de ajustamento, precisamos de estruturas mais leves e ágeis de sorte a sanear as crises no seu nascedouro. A oportunidade de transformar a opinião pública numa corrente favorável seria uma excelente alternativa.

A Tecnologia de Inteligência é peça fundamental a identificação de demandas e na solução delas, precisa-se aparelhar o Estado de tecnologia que equipare o país de ao mundo global, onde a informação é mais poderosa que uma carga de artilharia.

Continuar como estamos é conviver com a condição de eternos soldados do fogo, apagando incêndio, ou do sujeito personagem das anedotas, enxugando gelo.

Não nos preparamos para os problemas de um mundo global, festejamos as vantagens e renunciamos a discutir no momento certo as suas

consequências. Dúvida não há que precisamos equiparar a distância em que nos encontramos do padrão de sociedade desenvolvida que pretendemos.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Ligia Pavan. Guerra e paz na teoria política de Thomas Hobbes. Em 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000122011000300004&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300004&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 11 de Julho. 2016.

CARDOZO, Hugo Leonardo Guilhernandes; GOMES, Josir Simeone. **A globalização através de uma nova perspectiva.** Disponível in: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902012000500008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902012000500008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 Junho 2016.

CARVALHO, Inaiá Maria, Moreira de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 32, n. 95, p. 5-20, maio 2006. Disponível em [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612006000100001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612006000100001&lng=es&nrm=iso). Acessos em 11 de agosto 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. Crítica e utopia em Rousseau. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 5-30, Dez. 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451996000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 11 de Julho 2016.

DE SOUSA SILVA, Antonio Marcos. **A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: a precarização do trabalho policial.** III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/320b1bc382a8a536b8cdANTONIO%2520MARCOS%2520DE%2520SOUSA%2520SILVA.pdf&gws\\_rd=cr&ei=y9bMV9C4PImFwgSzmKWICg](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/320b1bc382a8a536b8cdANTONIO%2520MARCOS%2520DE%2520SOUSA%2520SILVA.pdf&gws_rd=cr&ei=y9bMV9C4PImFwgSzmKWICg) Acesso 18 de Julho de 2016.

DE SOUZA, Luís Antônio Francisco, DE MAGALHÃES, Bóris Ribeiro, SABATINE, Thiago Teixeira. (org.). **Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero.** Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FORJAZ, Maria Cecília Espina. Globalização e crise do estado nacional. **ERA-Revista de Administração de Empresas.** São Paulo. Abr./jun. v. 40. n.2. p. 38-50. 2000.

FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. **Estud. av.**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 55-64, dez. 1992. Disponível em



[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141992000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300005&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 11 de julho 2016.

HERMANY, Ricardo. (Re) **Discutindo o espaço local**: uma abordagem a partir do direito social de Gurvich. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

IANI, O. **Teorias da globalização**. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEME, Alessandro André. **Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática**. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-65782010000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 25 junho 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro **Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa. 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa. 2012.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p. 123-168, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 11 de Julho 2016.

MARQUES, E. y H. Torres (2000). "São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades". **Novos Estudos CEBRAP**, 56: p. 139-168.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**: o assalto à democracia e ao bem-estar social. São Paulo: Globo, 1999.

MOREIRA DE CARVALHO, Inaiá Maria. **Globalização, metrópoles e crise social no Brasil**. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612006000100001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612006000100001&lng=es&nrm=iso) (acesso 25 jun. 2016).

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-Nação**: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PIRES, Francisco Murari. Jean Bodin, o Methodus e a Clio tucidideana: as figurações heroizantes do historiador. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.

189-210, Junho, 2012. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 11 de Julho 2016.

Reale, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito - situação atual**. São Paulo: Saraiva, 1994, 5.<sup>a</sup> ed.

REZENDE, Maria José de. **A globalização e os desafios da ação política num contexto de concentração de riqueza e de poder: as reflexões de Zygmunt Bauman e as de Celso Furtado**. Disponível em  
[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-45572007000200001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-45572007000200001&lng=es&nrm=iso). Acesso 25 jun. 2016.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília v. 42, n. 2, p. 99-116, Dez. 1999. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291999000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 de Agosto de 2016.

SANTOS, Antônio Carlos dos. Os elementos republicanos na tolerância de John Locke. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 55, n. 130, p. 499-513, Dez. 2014. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2014000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200003&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 11 Julho 2016.

TAIDE, Maria Elza Miranda. **O lado perverso da globalização na sociedade da informação**. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651997000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000300006&lng=en&nrm=iso). Acesso 25 Junho 2016.

THERBORN, G. *Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento*. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 122-169. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a07n6.pdf>. Acesso 25 de Junho de 2016.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2001.

ZALUAR, ALBA. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. ESTUDOS AVANÇADOS 21 (61), 2007, pp. 32-49.